

**ATA DA 31ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO DE PROCEDIMENTOS, AÇÕES DE OUTORGA E AÇÕES REGULADORAS, REALIZADA EM BRASÍLIA/DF**

**Local:** Mini-Auditório da SRH, SGAN Q 601, Lote 1, Ed. Sede da CODEVASF, 4º andar Brasília/DF. CEP: 70830-901.

**Data:** 16 de fevereiro de 2004.

**Início:** 10:15h

**Término:** 17:15h

**PARTICIPANTES:**

Ministério do Meio Ambiente: Roberto Alves Monteiro (roberto.monteiro@mma.gov.br)

Ministério do Meio Ambiente – ANA: Marco Antônio Felix Figueiredo (marcofelix@ana.gov.br)

Ministério dos Transportes: Maria Bebiana I. da S. Castanho (bebiana1@ig.com.br)

Ministério das Cidades: Sônia Lúcia dos Reis Alves (sonia.alves@cidades.gov.br)

Ministério da Integração Nacional: Fernando Cabral (sih@integracao.gov.br)

Ministério das Minas e Energia: Carlos Rodrigues da Costa (carlosrodrigues@dnpm.gov.br)

Conselhos Estaduais GO/DF: (ausência)

Conselhos Estaduais MG/ES: Marcelo Garcia M. Diniz (marcelo.diniz@igam.mg.gov.br)

Conselhos Estaduais SP/RJ: Leila de Carvalho Gomes (lgomes@sp.gov.br)

Conselhos Estaduais PR/MT: (ausência)

Conselhos Estaduais CE/BA: Altamirano Vaz L. Neto (alordelo@srh.ba.gov.br)

Conselhos Estaduais RN/AL: Ieda Maria Melo Cortez (ieda@ana.gov.br)

Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: Teresa Maria Arruda Lana (teresa.lana@emae.sp.gov.br)

Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário:

Leane Chamma Barbar Przybysz (leanep@sanepar.com.br)

Portuários e Hidroviários: André Luiz Ferro de Oliveira (andre.ferro@cnt.org.br)

Indústria: (ausência)

Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: Ninon Machado (ninin@alternex.com.br)

**CONVIDADOS:**

Célia Cristina Moura Pimenta – ANA – (celiacristina@ana.gov.br)

Cristina Maria de Moraes Aragão – SRH – (cmmaragao@mma.gov.br)

Cristianny V.T. Gisler - ANA - (cristianny@ana.gov.br)

Dário Moraes de Almeida – DNPM – (dario@dnpm.gov.br)

Felipe Suplicy – SEAP/PR – (fsuplicy@agricultura.gov.br)

Hadijamine Fernandes – MT – (hadijamine@brturbo.com)

Jean Franco Schmitt – SEAP/PR - (jfschmitt@agricultura.gov.br)

José Di Bella – Hidroviário – (di-bella@uol.com.br)

Luz Weber Baladão – SEAP/PR - (luzw@agricultura.gov.br)

Maurison da Costa Gomes – CBH Ipojuca – (maurisongomes@ig.com.br)

Oswaldo F. Rosseto Junior – Hidroviário – (orosseto@sp.gov.br)

Silas Vieira (svieira@duke-energy.com)

**RELATORIA:**

Raquel Scalia Alves Ferreira (raquel.scalia@cnrh-srh.gov.br)

**ASSUNTOS DISCUTIDOS:**

Às 10:15h do dia 16 de fevereiro do ano de dois mil e quatro, sob a presidência da Sra. Leila de Carvalho Gomes (CERH/SP), procedeu-se abertura da 31ª Reunião da Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras - CTPOAR, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH. A Presidente cumprimentou a todos, apresentou a Sra. Raquel Scalia (SRH), da equipe da Secretaria Executiva do CNRH, nova relatora da CTPOAR, e passou diretamente ao Item II da pauta. **Item II –**

Aprovação da Ata da 30ª Reunião. A Ata foi aprovada sem modificações. **Item III** – Eleição da Presidência da CTPOAR – Seguindo a sequência da pauta, a Sra. Leila (CERH/SP) abriu a palavra aos membros presentes na reunião para que colocassem suas candidaturas. Ressaltou a importância dos trabalhos desenvolvidos nessa Câmara Técnica e o quanto seria saudável a renovação da presidência da mesma. Não houve colocação de candidatura e por aclamação, a Sra. Leila (CERH/SP) foi reconduzida ao cargo agradecendo a confiança depositada. Foi solicitada inversão de pauta, sendo discutido nesse momento o item VI da pauta. **Item VI** – Relato sobre o andamento dos trabalhos do GT “Plano de Utilização de Água na Mineração”. Passou-se a palavra ao Sr. Dário (DNPM), coordenador desse GT, que relatou a ocorrência de problemas no que tange a troca de técnicos e desligamentos do grupo, que passou a ter a participação somente de representantes de órgãos e entidades do governo, limitando a discussão. Justificou a importância da participação de vários segmentos usuários de águas para que fosse factível a aplicação da Resolução 29 do CNRH. Informou sobre a dificuldade em se verificar o aspecto jurídico do tipo de documento complementar da Resolução supracitada, e na forma de detalhar as dificuldades dos empreendedores para a obtenção da outorga. Diante das dificuldades apresentadas e em concordância com o Sr. Dário (DNPM), a Sra. Leila (CERH/SP) sugeriu que as discussões do grupo de trabalho ocorressem inseridas nas reuniões da CTPOAR. Desta forma sugeriu como um dos itens da pauta da próxima reunião a apresentação de uma empresa do setor minerário, do IGAM, do DAEE e da ANA sobre o tema: Procedimentos para Obtenção de Outorga na Mineração. Considerando a situação jurídica a Sra. Leila (CERH/SP) solicitou que todos os membros refletissem sobre a necessidade do documento complementar e recolhessem sugestões para serem apresentadas na próxima reunião. Também solicitou que fossem convidados todos os membros do grupo de trabalho para as próximas reuniões dessa Câmara. O Sr. Marcelo (CERH/MG), opinou, sobre a necessidade de uma metodologia para elaboração do documento complementar, com a colaboração dos segmentos usuários, que espelhasse à Resolução nº 29 do CNRH. O Sr. Roberto (MMA/SRH) ressaltou que deveria ser bem discutida e conceituada a necessidade do documento complementar. O Sr. Marcos (MMA/ANA) questionou sobre as providências que o DNPM tomou após a publicação da Resolução nº 29 e opinou dizendo que o processo de outorga e de lavra deveriam ser concomitantes. A Sra. Leila (CERH/SP) informou que, em São Paulo, os empreendedores somente solicitavam a outorga devido às exigências dos órgãos ambientais e que para minimizar essa situação, estão sendo revistas duas Resoluções SMA de nºs 3 e 4, que integrarão os procedimentos de licenciamento ambiental, outorga, e autorizações minerárias (de minério classe II), buscando assim a sincronia entre os instantes das diversas autorizações. **Item IV** – Apresentação “O Sistema Integrado de Gestão de Usos Múltiplos das Águas – SIGEST”, por Antônio Camargo – Coordenador do SIGEST e Oswaldo Rosseto – Superintendente do Departamento Hidroviário da Secretaria Estadual de Transportes do Estado de São Paulo (DH-Sec-Trans). Esgotada a discussão do item VI, a Sra. Leila (CERH/SP) solicitou que iniciasse a apresentação. O Sr. Camargo caracterizou o SIGEST que trata de uma plataforma tecnológica aberta e expansiva desenvolvida em ambiente virtual interativo e colaborativo da rede internet com o objetivo de integrar dados institucionais, disponibilizar informações e construir conhecimento sobre o uso múltiplo das águas para fins de planejamento e gestão do desenvolvimento em bacias hidrográficas. Foi ressaltado o endereço de acesso ao site: [www.sigest.fcth.br](http://www.sigest.fcth.br), local onde estão disponibilizadas informações sobre o Sistema. O Sr. Camargo enfatizou que se trata de um sistema que está em constante atualização, com grande capacidade científica e tecnológica e que a intenção seria transferir a tecnologia e interagir com as outras regiões do país. A Sra. Leila (CERH/SP) ressaltou algumas características do sistema que auxiliariam nos processos de outorga de águas superficiais e subterrâneas através das características qualitativas e quantitativas das águas de uma determinada bacia, assim facilitando a determinação do número de outorgas considerando o limite de criticidade das sub-bacias, de 50% da  $Q_{7/10}$ , previsto na Lei do Plano Estadual. O Sr. Roberto (MMA/SRH) sugeriu que em uma resolução do CNRH deveria estar determinado um limite de criticidade de valores de vazão para a suspensão de outorgas e racionamento. Disse também que a situação de comando e controle estava sendo ultrapassada e efetivamente sendo utilizado o planejamento como ferramenta de gestão. A Sra. Cristianne (MMA/ANA) e o Sr. Roberto (MMA/SRH) demonstraram suas preocupações no que se refere à

interferência do Ministério Público na gestão de recursos hídricos, extrapolando suas competências. O Sr. Rosseto (Hidroviário) e a Sra. Leila (CERH/SP) opinaram sobre as atividades de turismo e transporte, setores que não podem apresentar planos setoriais divorciados e que a ferramenta apresentada auxiliaria nesse planejamento. A Sra. Leila (CERH/SP) agradeceu a palestra proferida pelo Sr. Camargo, parabenizou-o pelo trabalho e consultou sobre o intervalo de almoço ficando acordado o período das 12:25h às 14:00h. Os trabalhos foram reiniciados às 14:30h sendo de comum acordo uma inversão de pauta, passando-se para a discussão do Item VII. **Item VII** – Discussão sobre encaminhamento do Ofício enviado pela Subsecretaria de Desenvolvimento de Aquicultura e Pesca – SUDAP da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca SEAP/PR, referente à outorga de uso em águas salobras. A Sra. Leila realizou a leitura do ofício enviado pela SUDAP e solicitou sugestões. O Sr. Roberto (MMA/SRH) opinou dizendo que a problemática estaria no ambiente estuarino devido à dinâmica da água salgada e afirmou que todo empreendimento deveria ser passível de outorga e licenças compatíveis com sua tipologia. A Sra. Cristianny (MMA/ANA) ressaltou que a dificuldade dessa de outorga, ocorria devido ao tipo de ambiente, mas que as questões técnicas para sua obtenção deveriam ser superadas e poderiam ser discutidas em conjunto ANA e SUDAP. A Sra. Leila (CERH/SP) complementou dizendo que a dispensa de outorga se tornaria perigosa e que o ato de outorga traz embutido uma segurança de vazão a ser utilizada pelo usuário outorgado. O Sr. Felipe (SEAP) informou que devido à escassez de informações do assunto, o CONAMA também estava apreciando a matéria no âmbito das licenças ambientais. O Sr. Altamirano (CERH/BA) também opinou sobre o assunto afirmando que a outorga é um instrumento de controle e conseqüentemente oferece garantias e destacou alguns problemas existentes nessas áreas como sedimentos e influência das marés. A Sra. Cristianny (ANA) informou sobre a definição de uso insignificante, intrínseco a cada bacia, no qual esses usuários poderiam ser enquadrados, mas ressaltou que até os usuários considerados insignificantes querem ser cadastrados para obterem segurança e assim prioridade por ali estarem instalados. A Sra. Leila (CERH/SP) informou, sobre o procedimento adotado em São Paulo, de outorgar agrupamento de pequenos usuários em cooperativas e associações, o que facilita a análise dos pedidos de outorga e financiamentos, que desta forma passam a ser melhor representados e considerados co gestores do uso da água. Concluindo o assunto, o Sr. Felipe (SEAP) informou sobre a indicação da FAO sobre a meta de diminuição da fome no mundo e o rebatimento do assunto diante da atividade de pesca e maricultura. Falou também sobre a demarcação dos parques de aquicultura e seus respectivos planos de uso que poderiam ser apresentados nesse fórum quando concluídos. Como encaminhamento da matéria acordou-se que a ANA e a SEAP estariam discutindo a parte técnica aplicada à solicitação de outorga em águas salobras e que as conclusões iriam ser apresentadas nessa CTPOAR. **Item V** – Apresentação e discussão das emendas apresentadas à Minuta de Resolução de Barragens. A Sra. Leila (CERH/SP) encaminhou para a discussão do item V da pauta sugerindo a apreciação direta das propostas apresentadas na última reunião do CNRH, conforme **anexo I**. Todas as propostas, foram discutidas e consensadas, sendo alteradas, mantidas ou rejeitadas, com discordância apenas no artigo 6º, mantido por decisão da Câmara, o texto anteriormente encaminhado pela CTPOAR, com exceção explícita da ANA, que apresentará justificativa, a ser elaborada pela Sra. Célia (MMA/ANA), quando do envio da minuta a CTIL, na forma do **anexo II**. Após análise da CTIL, a minuta será encaminhada para apreciação na próxima reunião do CNRH. Finalizando a Sra. Leila (CERH/SP) retificou o nome do Grupo de Trabalho apresentado na ata da 30ª Reunião da CTPOAR (linha 70), como “Integração dos Procedimentos de Outorga com a Finalidade de Geração de Energia e de Licenciamento Ambiental”. A Sra. Leila (CERH/SP) encerrou os trabalhos da 31ª reunião da CTPOAR às 17:15h agradecendo a presença de todos e ratificando a data do dia 16/03/2004 para a próxima reunião da CTPOAR.

Ata aprovada na 32ª reunião, realizada em 16 de março de 2004.

LEILA DE CARVALHO GOMES  
Presidente

RAQUEL SCALIA ALVES FERREIRA  
Relatora